



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

FNAM exige ser ouvida sobre reestruturação da DGS

O Governo PSD-CDS em gestão anunciou uma proposta de reforma da saúde pública na pasta de transição. Nessa pasta inclui-se a possibilidade da transformação da Direcção-Geral da Saúde (DGS) num Instituto Público. De acordo com a proposta, o objetivo é conferir ao organismo “uma liberdade diferente da actual”.

A então Secretária de Estado da Saúde, Ana Povo, afirmou que “toda a reforma da saúde pública vai estar na pasta de transição. Estava pronta quando entrámos em gestão. Como depende de decretos-lei, achámos que não era a altura de o fazer. E também carece de uma auscultação pública que ainda não fizemos”.

Uma reforma desta natureza irá provocar alterações no funcionamento dos serviços, com impacto na organização do trabalho, pelo que entendemos imperioso a auscultação das estruturas sindicais dos profissionais de saúde, em particular dos médicos. A FNAM não aceita não ter sido chamada para se pronunciar sobre uma reforma da saúde pública que “estava pronta” e exige ser ouvida ainda antes do período de consulta pública, que tem os seus trâmites próprios.

A FNAM solicitará ao futuro Governo uma reunião para discutir a reestruturação da DGS e as propostas de alteração legislativa relativos a Reforma da Saúde Pública e ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde.

A DGS é uma instituição centenária e basilar da Saúde Pública em Portugal. Enquanto órgão da administração do Estado, através do Ministério da Saúde, tem desempenhado um papel fundamental na definição e execução da política nacional de saúde pública e nas relações internacionais, com autoridade técnica reconhecida, autonomia funcional e uma atuação baseada no interesse coletivo e não em lógicas de gestão economicista ou empresarial.

Após conhecimento concreto daquilo que está a ser proposto para o funcionamento da DGS, a FNAM tomará formalmente posição. Contudo, alertamos para o facto de, uma vez mais, a FNAM não ter sido chamada a pronunciar-se neste processo e de podermos estar perante nova desresponsabilização do Governo, na continuação de um caminho de degradação da capacidade de resposta do Estado em matéria de Saúde Pública.

A Comissão Nacional de Saúde Pública da FNAM

Castelo de Vide, 26 maio de 2025